



CONTRATO № 100/2021 CREDENCIAMENTO № 14/2021 INEXIGIBILIDADE № 25/2021

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA, PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8 SSP-PR, juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Romário Martins, 154 - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.533/0001-49, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Vinicius Tourinho, inscrito no CPF sob o nº 038.928.579-03 e RG nº 6.355.947-4, a seguir denominado CONTRATANTE, de um lado e, do outro, a empresa M L RAMPON PRÓTESES ODONTOLÓGICAS - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Tapajós, nº 93, sala 304, bairro centro, na cidade de Pato Branco (85.501.043) estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 24.573.311/0001-08, representada pela Sra. Marcia Lúcia Rampon, inscrita no CPF sob o nº 010.190.029-56 e RG nº 9.842.841-0, a seguir denominada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ajustam o presente contrato em decorrência do edital de Chamamento Público nº 14/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

<u>Parágrafo primeiro</u>: O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO** de **PESSOAS JURÍDICAS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**, conforme as necessidades do Departamento de Saúde, de acordo com os procedimentos e valores descritos no subitem 3 do termo de referência — Anexo I ao edital de Chamamento Público nº 14/2021 e a este.

<u>Parágrafo segundo:</u> Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital do Chamamento Público para Credenciamento nº 14/2021, juntamente com seus anexos, a Inexigibilidade nº xx/2021 e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

<u>Parágrafo primeiro:</u> Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores e quantidades realizadas no mês em vigência.

<u>Parágrafo segundo</u>: O valor total estimado deste contrato é de R\$ 349.664,16 (trezentos e quarenta e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme valores unitários detalhados no Anexo I – Termo de referência, não obrigando o município a contratar sua totalidade, já que é um valor estimado e será executado conforme a demanda do Departamento de Saúde do município.

<u>Parágrafo terceiro</u>: As quantidades ora estimadas poderão sofrer alterações, durante o prazo de contratação, para mais ou para menos, tendo em vista a necessidade, podendo ser excluídos serviços a critério do CONTRATANTE, mesmo que resulte em redução do objeto do contrato, firmados através de termo aditivo.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

<u>Parágrafo primeiro</u>: O prazo de contratação é de 298 (duzentos e noventa e oito) dias, de **07** de dezembro de **2021** a **24** de outubro de **2022**.

<u>Parágrafo segundo</u>: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Administração junto a Secretaria de Saúde, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas nos incisos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

<u>Parágrafo terceiro</u>: A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

<u>Parágrafo quarto</u>: A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, firmados através de termo aditivo.

<u>Parágrafo quinto</u>: A Contratada não poderá em hipótese alguma, mesmo que por solicitação da Secretaria contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

A forma de pagamento está detalhada no item 10 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos interessados no credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

<u>Parágrafo primeiro:</u> Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste credenciamento correrão por conta das dotações orçamentarias conforme abaixo:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE: 01 - Departamento de Saúde.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Desdobramento da Despesa: 3.3.90.39.50.99 – Demais Despesas com serviços médicos, hospitalares, odontológicos e

UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
02	06/01	494	2.087	Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar 06.001.10.302.0019.2.087	814	3328	3.3.90.39.50.99
02	06/01	303	2.027	Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar 06.001.10.302.0019.2.087	815	3345	3.3.90.39.50.99
02	06/01	494	2.087	Manutenção das Atividades de MAC – Ambulatorial e Hospitalar 06.001.10.302.0019.2.087	816	2766	3.390.39.50.99
02	06/01	494	2.066	Centro de Especialidades Odontológicas – CEO (MAC) 06.001.10.301.0019.2.066	716	2744	3.3.90.39.50.99

<u>Parágrafo segundo:</u> A contratada **não poderá cobrar** qualquer complementação aos valores recebidos pelos serviços prestados, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais





penalidades previstas no edital, contrato e na Lei de licitações, sem prejuízo da responsabilização criminal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada estão detalhadas no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos interessados no credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante estão detalhadas no item 6 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados interessados no credenciamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

As condições quanto a gestão e fiscalização do contrato estão detalhadas no item 14 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos interessados no credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO Parágrafo primeiro: Durante a vigência do contrato, os valores contratados não serão reajustados.

<u>Parágrafo segundo</u>: Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a contratada requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

I. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

<u>Parágrafo quarto:</u> Quando o preço inicialmente contratado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato, deverá convocar a contratada visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

<u>Parágrafo quinto:</u> Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo sexto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura e devolução do Termo aditivo (conforme o caso) e publicação do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

As condições para a subcontratação estão detalhadas no item 8 do termo de Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos interessados no credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES EM CASO DE INEXECUÇÃO DO CONTRATO, MULTAS E PENALIDADES

<u>Parágrafo primeiro:</u> À CONTRATADA serão aplicadas as seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, que couberem à mesma:





- I. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos na Lei Federal nº 8.666/93.
- II. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:
 - a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, <u>no caso da</u> contratada dar causa ao cancelamento do contrato.
 - b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, no caso da contratada não cumprir qualquer uma das cláusulas do edital e/ou contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando dar-se-á por cancelado o contrato.

<u>Parágrafo segundo:</u> Constituem hipóteses que podem determinar adoção das sanções de suspensão e declaração de inidoneidade:

- a) inexecução total de obrigações contratuais;
- b) inexecução parcial de obrigações contratuais;
- c) de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- d) prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento (são exemplos de ilicitudes: falsear dados e demonstrativos, apresentar declarações falsas, apresentar documentos com falsidade ideológica, oferecer amostras diversas da contratada, realizar combinações indevidas, do tipo jogo de planilhas e arranjos escusos, entre outras);
- e) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados. f) má qualidade no atendimento.

<u>Parágrafo terceiro</u>: Da aplicação de multa caberá recurso a CONTRATADA no prazo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da respectiva multa, sem efeito suspensivo, até que seja devidamente efetuada justificativa exposta; o CONTRATANTE julgará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, procedente ou improcedente a penalidade a ser imposta, devendo fundamentá-la e, se improcedente, a importância recolhida pela contratada será devolvida pelo MUNICÍPIO, no prazo de 12 (doze) dias contados da data do julgamento.

<u>Parágrafo quarto:</u> Verificada qualquer infração do contrato, o CONTRATANTE, independente, de notificação judicial, poderá rescindir o contrato.

<u>Parágrafo quinto:</u> Suspensão do direito de licitar e contratar junto o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, na ocorrência da rescisão de pleno direito do contrato pela falência da Contratada, ou da rescisão administrativa do contrato por culpa da mesma.

<u>Parágrafo sexto:</u> Declaração de inidoneidade para licitar e contratar junto o CONTRATANTE na ocorrência de rescisão de pleno direito do Contrato pela falência da empresa contratada ou da rescisão administrativa do contrato por culpa da mesma quando a natureza e as características da infração se revistam a juízo do CONTRATANTE, do caráter de especial gravidade, ou ainda, nos casos em que fatos e penalidades anteriores ou da reincidência a indiquem para o resguardo do interesse do Serviço Público.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DE PAGAMENTO

<u>Parágrafo único</u>: O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer quantia devida a CONTRATADA, sempre que ocorrer circunstância que coloque em risco a realização dos objetivos da presente contratação e bem como, no caso da CONTRATADA se recusar ou dificultar ao CONTRATANTE, a livre fiscalização dos serviços, ou ainda no caso de paralisação dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

<u>Parágrafo primeiro</u>: O Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b) liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- c) se a CONTRATADA, sem prévia autorização do CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste Contrato;
- d) e os demais mencionados no Art. 77 da Lei nº 8.666/93.

<u>Parágrafo segundo:</u> A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que esta vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Atendido o interesse público e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento compatível a CONTRATADA:

- a) dos serviços corretamente executados.
- b) de outras parcelas, a critério do CONTRATANTE.

<u>Parágrafo quarto:</u> No caso do CONTRATANTE precisar recorrer à via judicial para rescindir o Contrato, ficará a CONTRATADA sujeita à multa convencional de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, além das perdas e danos, custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ANTICORRUPÇÃO

As condições anticorrupção estão detalhadas no item 13 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observados pelos interessados no credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo único: Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Nenhum serviço fora das especificações deste Contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.
- b) A CONTRATADA, não poderá, de forma alguma, sub empreitar os serviços objeto deste contrato a outras empresas, devendo a execução dos mesmos ser realizada por profissionais a ela vinculada.
- c) A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicilio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Coronel Vivida, 06 de dezem ANDERSON MANIQUE ASSINADO de forma digital por ANDERSON MANIQUE BARRETO:9673110999 BARRETO:096731109991 1 03700'	VINICIUS TOURINHO:0389285 7903 Assinado de forma digital por VINICIUS TOURINHO:03892857903 Dados: 2021.122111:0407-03309	MARCIA LUCIA RAMPON:01019002 956	Assinado de forma digital por MARCIA LUCIA RAMPON:01019002956 Dados: 2021.12.21 09:19:52 -03'00'
Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE	Vinicius Tourinho Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	Márcia Lúcia Ram ML Rampon Prót CONTRATADA	npon eses Odontológicas - MI
Testemunhas:			





TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de Pessoa Jurídica para confecção de próteses dentárias para atender aos usuários do SUS no município de Coronel Vivida, conforme às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

ITEM	QTDE ESTIMADA	UN	CÓD. PMCV	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	504	UN	1529	CONFECCAO DE PROTESE TOTAL MANDIBULAR E MAXILAR, PLACAS POPIDENT, ROLETE EM CERA, MOLDEIRA INDIVIDUAL, MONTAGENS, REMONTAGENS, ACRILIZACAO E VAZAMENTO DE GESSO ESPECÍFICO	300,14	151.270,56
2	384	UN	7737	PROTESE PARCIAL REMOVIVEL COM ESTRUTURA METALICA (ELEMENTOS RIGIDOS E FLEXIVEIS, COMPOSIVAO: LIGA BIOCOMPATIVEL COMPOSTA DE 70% DE COBALTO E 30% DE CROMO) E DENTES ACRILICOS (TRIPLA PRENSAGEM; FABRICADO COM RESINA ACRILICA DE ALTO PESO MOLECULAR, COMBINADA COM O USO DE DUPLA LIGACAO CRUZADA (DLC); ALTA RESISTENCIA MECANICA, QUIMICA E A ABRASAO; ALTA ESTABILIDADE DE CORES; FLUORESCENCIA NATURAL; CUMPRE A ESPECIFICACAO DA NORMA ISO 22112:2005; COMPOSICAO: POLIMETILMETACRILATO, DIMETACRILATO DE ETILENOGLICOL (EDMA), POLIMERIZADO, OMC (CERAMICA ORGANICAMENTE MODIFICADA), FLUORESCENTE, PIGMENTOS BIOCOMPATIVEIS)	516,65	198.393,60
	TOTAL ESTIMA			1		349.664.16

Justificativa:

- 2.1. Justifica-se a necessidade da referida contratação visando suprir as necessidades de próteses dentárias dos pacientes assistidos pelo Sistema Único de Saúde e pelo Programa de Atendimento e fornecimento gratuitos de próteses dentárias.
- 2.2. Considerando a Portaria nº 511/SAS/MS, de 29 de dezembro de 2000, que estabelece o cadastramento dos estabelecimentos de saúde no País, vinculados ou não ao SUS;
- 2.3. Considerando a Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define critérios, normas e requisitos para a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);
- 2.4. Considerando a Portaria nº 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2008, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para o





Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade (MAC);

- 2.5. Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 de outubro de 2009, que altera a redação da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;
- 2.6. Considerando a Portaria nº 211/SAS/MS, de 13 de maio de 2011, que altera os valores dos procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) realizados pelos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD), segundo critérios estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Bucal;
- 2.7. Considerando as Portarias nº GM/MS 2.374 e 2.375, que trata do repasse financeiro para o município/estado que credenciar LRPD (Laboratório Regional de Próteses Dentárias);
- 2.8. Considerando PORTARIA № 1.570, DE 29 DE JULHO DE 2004, que estabelece critérios, normas e requisitos para a implantação e habilitação de Centros de Especialidades Odontológicas e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.
- 2.9. Considerando o Plano Brasil Sem Miséria, que visa ações Inter setoriais, tendo como público alvo a população em extrema pobreza. O programa Brasil Sorridente entrou no escopo de ações de saúde do Plano com a produção de próteses dentárias para essa população, justificamos que:
- 2.10. A prestação de serviços de laboratório para confecção de próteses dentárias se faz necessária para a ampliação do acesso da população às ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, de tal modo contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde bucal no Município de Coronel Vivida e, consequentemente, contribuindo para a melhoria desses indicadores em nível nacional, além de atender a Portaria Nº 1.825, DE 24 DE AGOSTO DE 2012.
- 2.11. As quantidades previstas no objeto deste, foram implantados ao CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) e LRPD (Laboratório Regional de Próteses Dentárias), que é exigência do Ministério da Saúde, conforme portarias citadas acima, onde exige-se que sejam realizadas as próteses para que não haja o corte de incentivos financeiros para este fim.

3. Justificativa da Quantidade Estimada:

3.1. A quantidade estimada ocorrerá de acordo com a demanda, limitada aos quantitativos estipulados na tabela com descrição dos serviços e quantidades, e como são estimados, ou seja, no término do contrato, o remanescente será automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado da utilização total do serviço contratado, e consequentemente de seu pagamento.

4. Avaliação dos Custos:

- 4.1. O Custo total estimado do presente Termo é de R\$ 349.664,16 (Trezentos e quarenta e nove mil seiscentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme Mapa Comparativo em anexo.
- 4.2. O valor estimado não implicará em nenhuma previsão de crédito, sendo que os serviços serão pagos quando efetivamente prestados, autorizados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.3. Os serviços de Confecção de Próteses Dentárias Totais e Parciais a serem executados, serão remunerados tendo como parâmetro os valores constantes da tabela data SUS vigente.





5. Condições de Credenciamento:

- 5.1. Poderão participar do Credenciamento pessoas jurídicas, que se inscreverem e comprovarem estar habilitadas a prestar os serviços descritos, conforme requisitos exigidos neste instrumento de Chamamento, concordando com os valores propostos pelo Município.
- 5.2. Não poderão participar no Credenciamento os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93 Lei de Licitações.
- 5.3. Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal.
- 5.4. Aqueles que tenham incompatibilidade negocial com o Município, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como conforme interpretação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- 5.5. Possuir Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde CNES, Alvará de funcionamento, Alvará de licença sanitária, em pleno vigor, os documentos deverão estar escritos em idioma português e não deverão conter emendas, rasuras, entrelinhas ou uso de corretivos.

6. Obrigações do Contratante:

- 6.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- 6.2. Conferir no ato da entrega, através dos Gestores e Fiscais designados e caso haja alguma divergência com o objeto solicitado e o entregue, solicitar a reposição ou correção imediata.
- 6.3. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 6.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 6.5. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 6.6. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do Contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 6.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, pelos fiscais designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à entrega dos itens, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

7. Obrigações da Contratada:

- 7.1. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 7.2. Comunicar imediatamente o Contratante no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega e qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.
- 7.3. Responder por danos que venham a ser causados por seus empregados ou preposto a Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, não se excluindo ou se reduzindo está em virtude do acompanhamento realizado pelo Contratante, de acordo com o art. 70 da Lei n.º 8.666/93.





- 7.4. Prestar o serviço com equipe composta por profissionais especializados e em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, procedendo a confecção das próteses dentárias, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos respectivos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem exceção de qualquer modalidade.
- 7.5. A Contratada deverá fornecer relatório mensal, discriminados por data, nome do paciente e nome da prótese dentária, devidamente assinado pelo representante legal da Contratada.
- 7.6. É de responsabilidade exclusiva e integral da Contratada o pagamento dos profissionais, incluído o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Coronel Vivida- Pr.
- 7.7. Os locais de prestação dos serviços são de inteira responsabilidade da Contratada, a qual deverá indicar e deverá estar devidamente cadastrado no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde SCNES, com endereço complementar quando não for o endereço oficial da empresa.
- 7.8. Em caso de necessidade de cancelamento ou suspensão dos serviços, a Contratada deverá justificar por escrito, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência a Secretaria Municipal de Saúde de Coronel Vivida, através do gestor do contrato, sendo que os atendimentos deixados de serem prestados serão repostos na próxima competência.
- 7.9. Em casos especiais a Contratada deverá comunicar o Contratante para acordar o atendimento, garantindo os procedimentos dos pacientes, ou seja, o número de autorizações total de atendimentos/procedimentos é de obrigatória execução da Contratada.
- 7.10. Não cobrar qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos estabelecidos em contrato.
- 7.11. Responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita por profissional empregado ou preposto, em razão da execução estabelecida em contrato.
- 7.12. A Contratada deverá justificar ao Contratante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto em contrato.
- 7.13. Permitir que os serviços executados e os processos de serviços sejam supervisionados por técnicos designados pela Secretaria de Saúde, se necessário.
- 7.14. A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo cumprimento de toda a legislação incidente sobre sua atividade, inclusive ambiental e sanitária.
- 7.15. Devem ser de inteira responsabilidade da Contratada o transporte e descarte adequado do material, seguindo as orientações da RDC 302/05 e 306/04 ANVISA.
- 7.16. Nenhum serviço fora das especificações poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância da Administração Municipal.

8. Subcontratação:

- 8.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.
- 8.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da contratada na fase de habilitação.





8.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no Edital.

9. Condições e Características para Entrega e Aceitação dos Itens:

- 9.1. O Centro de Especialidades Odontológicas CEO, s será responsável pela confecção da moldagem da prótese nos pacientes.
- 9.2. Fica a cargo da empresa contratada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação, o recolhimento e transporte dos modelos de gesso vazados, que terá dia da semana estabelecido em reunião com a coordenação de odontologia do CEO após assinatura do Contrato.
- 9.3. Os ajustes e provas que se fizerem necessários serão realizados por profissional dentista, contratado pelo Município de Coronel Vivida, no Centro de Especialidades Odontológicas CEO.
- 9.4. Em caso de resultado duvidoso, as próteses deverão ser refeitas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para o Contratante.
- 9.5. A produção mensal das Próteses será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Coronel Vivida, que mensalmente irá autorizar ao laboratório contratado a confecção das mesmas conforme demanda existente.
- 9.6. O Contratante, por meio de seus profissionais se reserva ao direito de inspecionar o objeto, podendo recusá-lo ou solicitar sua substituição.
- 9.7. A confecção das próteses dentárias deverá incluir todas as despesas por parte do contratado, vazamento de gesso específico, montagem e remontagem de dentes.
- 9.8. Não serão aceitos POP DENT, somente dentes com no mínimo 3 prensagens.
- 9.9. Os dentes utilizados para a confecção das Próteses deverão estar de acordo com as especificações descritas.
- 9.10. Os produtos deverão ser entregues em no mínimo 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da requisição de entrega e respectiva quantidade dos produtos, no Centro de Especialidades Odontológicas CEO, no seguinte endereço: Rua Primo Zeni, S/N, Bairro São José Operário, no município de Coronel Vivida, PR.
- 9.11. O Contratante reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender as especificações contidas nesse Termo de Referência.

10. Forma de Pagamento:

- 10.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega e/ou execução do objeto, apresentação da respectiva nota fiscal com discriminação resumida do objeto e número da nota de empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja atestada pelo fiscal e gestor do Contrato.
- 10.2. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 10.3. O pagamento poderá ser realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada ou por meio de fatura com utilização do código de barras.
- 10.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE. Em caso de atraso de pagamento, desde que a





Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

11. Prazo de Vigência:

- 11.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Administração junto a Secretaria de Saúde, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas nos incisos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- 11.2. A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- 11.3. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, firmados através de termo aditivo.
- 11.4. A Contratada não poderá em hipótese alguma, mesmo que por solicitação da Secretaria contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

12. Dotação Orçamentária:

12.1. Conforme princípio do planejamento integrado, em anexo.

13. Anticorrupção:

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Termo de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do Termo de Referência, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Referência, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

14. Gestão e Fiscalização do Contrato:

- 14.1. Compete ao gestor e ao(s) fiscal (is) do Contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484, de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei 8.666/93.
- 14.2. A Administração indica como gestor do Contrato, Vinicius Tourinho, designado pelo Decreto Municipal nº 7.471, para as solicitações feitas pela Secretaria de Saúde.
- 14.3. A Administração indica como fiscal do Contrato, a Sra. Verusca Cristina Pizzatto Fontanive, matrícula nº 12.971/1.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ Declaração do Gestor e Fiscal do Contrato

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Vinicius Tourinho Secretário Municipal de Saúde Gestor Verusca C. P. Fontanive Secretaria Municipal de Saúde Fiscal

Coronel Vivida, 06 de dezem	bro de 2021.	MARCIA I I I CIA Assinado de forma digital
ANDERSON MANIQUE Assinado de forma digital por BARRETO:967311099 ANDERSON MANIQUE BARRETO:9673110999 Dados: 2021.12.22 11:34:28-03'00'	VINICIUS Assinado de forma digital por VINICIUS TOURINHO:038928 TOURINHO:03892857903 Dados: 2021.12.21 11:04:32 -03'00'	MARCIA LUCIA Assinado de forma digital por MARCIA LUCIA RAMPON:0101 RAMPON:01019002956 Dados: 2021.12.20 08:06:53 - 03'00'
Anderson Manique Barreto	Vinicius Tourinho	Márcia Lúcia Rampon
Prefeito	Fundo Municipal de Saúde	ML Rampon Próteses Odontológicas - Mi
CONTRATANTE	CONTRATANTE	CONTRATADA
Testemunhas:		

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDI	CADORES POR EXERCICIO
Indicadores	2022
Manutenção da Coordenação Geral	12
CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	200.000,00

ADE RESPONSAVEL PELO PROGRAMA:

Coordenação Administrativa CODIGO DA UNIDADE RESPONSAVEL PELO PROGRAMA:

OBJETIVO: Responder pela execução das atividades administrativas do Consórcio. JUSTIFICATIVA: Coordenar a Gestão Administrativa do Consórcio intermunicipal

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Índice Futuro
Manutenção da Coordenação Administração	Més	12	12
PREVISA	O DA EVOLUÇÃO DOS INDI	CADORES POR EXERCICIO	
Indicar	dores	20	22
Manutenção da Coordena	ção Administração	12	
CUSTO ESTIMADO	DO PROGRAMA	12,060,000,00	

PROGRAMA:

I DADE RESPONSAVEL PELO PROGRAMA: rdenação de Enfermagem

CODIGO DA UNIDADE RESPONSAVEL PELO PROGRAMA:

UBILITYCI:
Coordenar as atvidades e ações de assistência de enfermagem ligadas ao componente prê-hospitalar.
JUSTRICATIVA:
Auxáliar a Coordenação Medica e Coordenação Geral nas atividades diarias do Consórcio.
METAS

Indicadores	Unidade de Medida	Indice Recente	Indice Futuro
Manutenção da Coordenação de Enfermagem	Més	12	12

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADO	ORES POR EXERCICIO
Indicadores	2022
Manutenção da Coordenação de Enfermagem	12
CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA	12.000.000,00

PROGRAMA: Coordenação Medica CODIGO DO PROGRAMA:

0005 UNIDADE RESPONSAVEL PELO PROGRAMA:

OMIDIADE RESPONSAVEL PELO PROGRAMA: COOTIGO DA UNIDADE RESPONSAVEL PELO PROGRAMA: 05.01

OBJETIVO:

CODELIVO: Coordenar as ações de saúde ligadas ao componente pré-hospitalar e Urgências na área de atuação do Consórcio JUSTIFICATIVA:

xiliar a Coordenação Geral nas atividades de Urgência estabelecidas pelo Consórcio

Unidade de Medida | Indice Reports | Indice Estado

Manutenção da Coordenação Medica
CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA

Manutenção da Coordenação Medica	Més	12	12
PREVISÃ	O DA EVOLUÇÃO DOS IN	DICADORES POR EXERCICIO	
Indicac	dorer	DIEREGICIES YOU ENERGICA	033

Resolução 52/2021

17.000.000,00

Receita	2022
Receita Tributária	R\$ 3.600,000,00
Receita Patrimonial	R\$ 540.000,00
Transferências Municipais	R\$ 14.460.000,00
Transferências Estaduais	R\$ 6.000.000,00
Transferências da União	R\$ 16.800.000,00
Total	P\$ 41 400 000 00

orcio Intermunicipal de Rede de Urgências do Sudoeste do Puraná Ría Assa Brasi nº 622 Bairo Vila Isabel (CEP 85504-293 Peto Branco – PR Fone (463902-13)8 B-mail anticida relativaçõe per 35

TERMINICIPAL DA REDE DE UNGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PAI

Extract de contrate n° 5-70221 - Inequibilidad de Licitaple n° 15-7021 PARTE Contrate la Intermedicipal de Rede de l'Oplemar de Subserie de Formas - CREPAR e Prime Employmente Médica Lide - EPP, CNP, n° 579-85-5001-00 OBETO - Assurée de Inema - CREPAR e Prime Employmente Médica Lide - EPP, CNP, n° 579-85-5001-00 OBETO - Assurée de Inema - Licitaple n° 15-70-18 PARTE Contrate de Subserie de Prime - CREPAR e Prime Employmente Médica Lide - EPP, CNP, n° 579-85-5001-00 OBETO - Assurée de Inema de

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - MARIÓPOLIS PARANÁ

RESOLUÇÃO N° 027 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021. Súmula: Aprova a programação e Proposta de recursos, oriundo de transferência Voluntária, de Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipia de Assistência Social para o Fundo Municipio de Assistência Social do Município de Manifopio Brana, no uso de suas stribuições que lhes confere a lei 022/2015 e, Considerando a plenária realizada em 22 de Dezembro do corrente ano, RESOLVE: Art. 1º Aprovar a Indicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municípia de Assistência Social para o Fundo Municípia de Assistência Social para o Fundo Municípia de Assistência Social, relativo a Programação número 4115309/02/1001, com vista a claboração de proposta, cujo objetivo, refere-se a estruturação da rede de serviços do Sistema Unico de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária, para custein dos serviços da Proteção Social Especial, contemplando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R\$ 50,000,00 (cinquenta mil reais). Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maniopolis, 22 de Dezembro de 2021. Vanneli Novello, Presidente do CMAS

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA – PR

CONTRATO n° 100/2021 — Inexipilididade n° 25/2021 — Contratante: Municipio de Coronel Vivida
juntamente com o Fundo Municipio de Saúde de Cononel Vivida – Parant. Contratade: M. I. RAMPON
PROTESES ODONTOLÓGICAS - NE. CNPJ n° 24.573.311100/1-08. Cheeto: CREDENCLAMENTO de
PESSOAS JURIDICAS PARA CONFECÇÃO DE PROTESES DENTARIAS PARA ATENDER AOS
USUARIOS DO SUS NO MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA. Valor total estimado: R\$ 348.854,15. O
prazo de contratação è de 288 dias, de 07 de dezembro de 2021 a 24 de outubro de 2022. Coronel
Vivida, 06 de dezembro de 2021, Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Aditivo nº 10 – contrato nº 142/2019 – Pregão Presencial nº 104/2019. Contratarte: MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA – PR Contratada: FLC SUPRIMENTOS LTDA – ME, CNPJMF sob nº 22.371/0100001-76. Considerando o pedido de Sectetaria de Assistência Social, fica de comum acorde entre as partas, instalado man oli (uma) impressor an Espaço Desembreir entre guido UNOPAR). Permanocem malteradas as demais clásusulas. Coronel Vivida, 19 de novembro de 2021, Anderson Manque Barredo, Prefetio.

Aditivo nº 03 – Contrato nº 129/2020 – Pregão Presencial nº 99/2020. Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - Contratadas MAPFRE SEGUIROS GERAIS S/A. CNPJME nº 16.074.1750001-38. Considerando a sociolização do contratante, e de comune acordo ente a sparte, fise incluso na apolice os veiculos gol places: BES-5051, BEV/8124, R148/G03, R144/C06, BEX4F14, a partir de 28 de os veiculos gold places: BES-5051, BEV/8124, R148/G03, R144/C06, BEX4F14, a partir de 28 de novembro de 2021. Andescenda contrata de contratar de veiculo, conforme d'adunual primeira, contratante pagara a contratada o valor total de R\$ 437.00. Permanecem insultaradas as demas clausulas. Coronel Vivida: 26 de novembro de 2021. Andesen Manquel Berrot. Prefetto.



PREFE TURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR CNPJ: 76.995.430/0001 52

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

O Municipi. - de l'Apprigue ID Desire, Estatés de Parante, possos juridica de direito público internor, inscrito n. CART selb o n.º 7.0 969 ADS0001-52, com veder na Avenica Marcelo. Reses, n.º 020. Contro, IL popine D'Oselell'R1, por renu representante legal que sella sudicuruer. Se Preliado Memopol, iven. à presence de Vossa Societaria, reformativo e motificabile securica dos

Centomic JiBoo Piespisible 1028/01211, foi lives de cl. Premotere de Judgo de GACMA (Crigar de Aracho Inspectional em Maio Antipenal), vines NOTE/CALC e criedad lo para une pro desfiger em amples estilicados lestro de seate de criedad permoterete, se restalega in sentidas no cel 40, inicios 1, "o", de Lie Tediros 1285/10213 (2) criatoria, los preses de maios por a estilucido de senese ordez, been como DECLARE, no ato de recollerando dese celficições, se o inicio lam finare estilad.





CNPI: 76.995.430/0001-52

		CENTRO
Supples	Late	Proprietarios
113	10	*N.A.O R-650
	9	ARJANO RIKSON CAETANO E GUTRA
	8	PIDIO GASAGRANDE
	7	VANOR TONIETO
114	2,4,5.6	CSPOLIO DE ARNO VITORINO VOLPI
115	2,3,4	VENTUANE POLITIA
		LDA DELALIBERA VARGAN E JOSONO VARGAN
	- 5	VANOR TONIETO
79	2	IDCIMAR GNOATED
	1	WARILENE CAPPELLARI LIMA
46		ARMERINGO GNOATTO
	2	ALVINO FERNANCO RIBETRO
	5A	ADRIANO TENUTTI
		RALDING TENUTTI
	64	SEDRO LUZ DA SE VA
	68	MELSON MELLO
	16	
	17	ANTONIO ADANSKI GNACIA PENTEADO
	18	
		THEALMO DREHER
	19	AVELING ALVES DO MEIRA
45	5	BENON: PORTELA
	- 6	ANGELA CRISTINA WEISIDIEMER
	7, 8	JAIME DOMINGOS YESTA
	15	JOÃO LELI PORTELLA
	16	EVERALDO PORTELA
	17	GILMAR SCIARES NAREO
	18	JOAO LEDUVICIO HOFMA
	19	JOSÉ FERNANDE RIBEIRO
44	2.3	GILBERTO ANTONIO TOBISATTI
	5,11	RLP EMPREENDMENTOS IMOSILIARIOS : TGA
	5A	SUERRO E PAGNUSSAT
	12, 10, 134	LUIZ TEGOORO
43	1, 1A, 1B	APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMBOS DOS EXCEPCIONAIS
	3	JOEL DE ALMEIDA
	. 4	TUIZ OF LIMA CAMARDO
	5	SORRA MARIA MIDITO
		LAEDE MARIA TIDAL BUSCO
	17	ADEMIR JOSÉ REICHERT
	18	ADELAR GNOATED
	10	NEBO ROQUE DE AVILA
	26	VALDEMAR ANTONIO ALVES
	29	ELZA AGUIDA ARTUZI DE MARI
42	1	AUTONIO RIBE BO DE JERUS
76	16	CARLA FERRASSO
	10	THACO RIFERO DE JERUS
	369	CRINTANE MARIA VIERA
	17	THERLING DE SORIZA MILANES



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR Estado do Paran

	22	VALDEMAR BOCALON
	22A	ANDERSON BOCALON
39	8.7	/OLMIR MARCINIAKI
2371	YA	CLAUDIO POLIDO E ESPOSA
40	1	(ALDEMAR VALENTIN
	2	CLARICE PILATE TESTA
- 1	24	VALDEMAR BOCALON E ESPEISA
	3	DARCI SOARES
	4	PEDRO CHIOMAR DE AVE A
	5	IDÃO MUCHINSIO
	6A	SUGERNA MUCHINISKI
	- 6	ANTONIO RODGIGUES DA SE VA
		HORST GOETZ
	SA.	PEDRO GREGORIO SENTIER
	9.10	APMI - ASSOC, DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA
	11, 12, 19, 14	
140	4	SOLISMEI DA SILVA PENADEI
		CRISTIANE A DOS BANTOS
	7	OSVANI CORREIA SORGES
	7.6	EVANORO RANGEL DA LUZ E OUTRA
		DIONISIA DUARTE E OUTRO
CHACARA	306	SONIA MARIA CANDEGO DOS SANTOS
UNALIANA	369	ESPÓLIO DE DORACI DE OLIVERA CAVOIDO
	36G	NEOCIR PEREAN
	360	
	36C	LUIZ OR BERTO TONIAL VE MAR LOPES CORDERO
	36(2-1	LIDA PLAKTIKA
	3011	ALVADI CORREIA BORGES
	NAV SOM	ROBALINA REPUBLICATIONS TELES VALDER DE AZEVEDO E CLITRA
	T comes, Service s	
	**	BEM VIVER
CHACARA	73.44	DANCLI PILGER
RURAL	83	INCORPORACIONA BIEZUS LTDA - ME
		INEXESTREAL
	3.4.5	MARILE: DE FATIMA MACHADO E OUTRO
	8, 9, 10	GELSON CCCHI
103	12	MATHEUS ELISSON EBERLE
	14	SLOMAR CHAVES
		SANGA ROMANO - GUARANI
CHACARA	6	MARIA DOICZMANN
	6A	DELMAR LUIZ GETACHO
	7	ROMANO SCHOLZ
	5	OTACILIO RIBERO DA SILVA
	2	ITAPEJARA EMPREENDIMENTOS BADRI LARIOS LTDA
	3	DOBACLEMERO DOMINGUES
	4	SALE IE AVI, A DA BILVA
10	1 1	JOSE PEDRO FURIGO
1000		MARIA DE FÁTIMA ANTUNES
147	1.2	JAIR ROBERTO DAL BOSCO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE – PR Estado do Paraná

CNP1: 76.995.430/0001-52

and a statement of		FENIX
5	5	DBMAR ZENI
The state of the s	7	OSMAR DOS SANTOS
6	7	VILMAR LUIZ MINOSSO
CHAÇARA	214C	VESON DE SOUZA
159	10	DELCI GONCALVES DE AZEVEDO
Lote Rural	2146	LIBERACI DE FATIMA VALESAN BUGONI

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ. LEI Nº 5,869, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

A Cairman Municipal de Pato Branco. Estado de Partico III de autoridad de Pato Branco III.

A Cairman Municipal de Pato Branco. Estado de Partico III de acestico de 2022 - 2025 (PPA) e na Lei de Detectace Ordenda.

A Cairman Municipal de Pato Branco. Estado de Partico III de acestico de 2022 - 20 de obras productione.

Art. Filica autorizada a respubir de pato programentamento de Patro Plananual 2022 - 2025 (PPA) e na Lei de Direc
Corporatificas (Direc) pos ventricos de 2022 contorne a seguir especificado;

Orgado Unidade Financia/Sub fining-30

2022 3011 Programu Ação 2022 2023

C7 - Secritaria Marcigol Educação e Cultura

07.02 Departamento Administrativo
12 - Educação 13 - Enum Processorial
39 - Manuscryoto do Criscos
30 - Ma

Orgão/ Unidade/Função/Sub função /Programs/Ação	2022	2023	2024	2025
7 - Secretaria Municipal Educação e Cultura				
7.02 Departamento Administrativo				
2 - Educação				
61 - Ensino Fundamental				
39 - Martufenção do Ensino				
2.254 Manutonção das Instituições de Ensino	R5	P\$	RS.	R\$

2.50 Menufar-richo das Instituyões de Entiron 98 pp. 18 pp

MUNICIPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ.
LEI Mº 5,868, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021.
Altoriza crisção de mora aplio de goverro no Flano
Pluranual do Quadrieno de 2022 a 2007, e na Liu de
Designa O Despinadação de overcos financieso de 2022 a 30

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/ Programa/Ação	2022	2023	2024	2025
08 - Secretaria Municipal de Saúde				
08.03 Média e Alta Complexidade				
10 - Saúde				
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
43 - Manutenção da Saúde	-			
2.450 Implantação e Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPSI.	P\$ 1.352 142 00	R\$ 553,000,00	P\$ 582,000,00	R\$ 612,000,00
urt. 2º Para a cobertura da nova ação serão utili: seguir especificado	zados recursos	provenientes di	anulação parcial	de ação, confor
Orgão/ Unidade/Função/Subfunção/ Programa/Ação	2022	2023	2024	2025

08 - Secretaria Municipal de Saúde 08.03 Média e Alta Complexidade

ART, \$10 PASSE Executive time service, a risk Lie de Direktore unya-selembro de 2021, selembro de 2021, a militigor na data de sua pulsicação. Gabriela do Preferio Municipal de Pato Otrano. Exado do Parante, en 21 de decembro de 2021, DESSONI CANTU. Devision Municipal. POSSON CANTO
Prefeto Municipal
MUNICIPIO DE PATO BRANCO
EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO Nº 32/2021
MUNICIPIO DE PATO BRANCO E
CANTU AGROINDUSTRIAL LTDA. PARTES misiste na doação na doação, sem encargos pelo doador de 760(setecentos sessenta) panetones, ao servidores publico da Secretaria Maracipal o Saúde de Pato Branco. OBJETO

STARRA: Altre Credito Aducionii Siplemeirim por Ambigio no Organismo de 2021 do Municipio de Clevelándia, Estado do Paratir, no valor de RS 45 000,00 (Quarenta e canco mil reus):

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Parana, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.738 de 25 de novembro de 2.020

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Credito Adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio de Clevelândia, Estado do Parana, para o amo 2021, destinado ao suporte das desposas a ser realizade com excurso oriundos de Anulação no valor de RS 45,000.00 (Quarenta e cinco mil realis), para atender despessas no seguinte órigão e Dotações Orçamentárias:

Or Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte (701 - Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte (701 - Administração S.M.E.C.E. (125-6001) 2000 - Pavaldade Municipal de meio Ambiente - Fama 31,901.13 - 900 - Orbigações Fatronais (702 - Fandet Funde) 2000 - Funda 600 - 1000 -

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional Suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de e anulação abaixo descrito:

utilizador recursos de e amilação absisto descrito:
Armilação
07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
1236-6011 2 053000 – Fasolidade Municipal de meio Ambiente – Fama
4-4 90. 57 – 00° Lequipamentos Material Permanente
07 – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura de Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura de Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura de Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura de Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura de Esporte
1236-1002 0 20400 – Fanado for Secretaria Municipal de Educação Cultura de Esporte
1236-1002 0 20400 0 2



DECRETO № 113/2021, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2021, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021. Contratação da empresa ELTON DA COSTA PRE MOLDADOS EIRELI CNPJ: 24.645.812/0001-52 para o

fornecimento de estrutura pré moldada para base de caixa d'ájava no Centro de Eventos Municipal EXTRATO DE CONTRATO Nº 209/2021, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021. CONTRATOS EL PONDO A COSTA PRE MOUDADOS ERELO (CNP° 24.645.81/20001-52 EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 12/2021, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

Authorism of packertes internados no Instituto São Balest em Chopistanho.

EKTRATO DE CONTRATO Nº 210/2021, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.

CONTRATADE LA IMAGENES DIAGNÓSTICOS 1TDA CNP. 10,860.012/0001-0

EKTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO № 121/2020, DE
22 DE DEZEMBRO DE 2021.

Prorroga o prazo de vigência do contrato até 31/03/2022.

cação na integra dos atos acima encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico. www.diariomunicipal.com.br/amp, edição do dia 23 de DEZEMBRO de 2021, conforme Lei Autorizativ

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ

LEI N° 316/2021, de 22 de decembro de 2021. Númulas: Autoriza o Executivo Municipal a proceder alienação de imbreis de propriedade do Municipio de Coronel Vivida, e da outras providências. A autoriza o más de como de contra esta como encontra-se disposivel no seguine meletrop electrónico: https://em.nc.pic.com/proceder/de/com/proced

Art. 1°. Fica concedida aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no valor total de R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais) à servidora pública municipal Sr.ª CLARICE SILVEIRA PAVAN portadora do RG n° 3.423.747-6/PR, inscrita no CPF n°. 633.617.529-49 titular do cargo efetivo de Professor, matrícula n° 2032, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com fundamento nos Art. 42 a 44 da Lei Municipal n° 974/2005 e Art.40°,§1°, inciso III, alínea b, da CF do Brasil, a partir de 01/01/2022.

Art. 2°. O presente decreto entrará em vigor nesta data, ressalvado o disposto no art.1°

Prefeitura do Município de Contenda, 14 de dezembro de 2021.

ANTONIO ADAMIR DIGNER

Prefeito Municipal

Publicado por:

Fábio Luís Malinovski Padilha Código Identificador:384CB141

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO Nº 022/2021 CMAS

Súmula: Dispõe sobre a <u>aprovação</u> do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio de 2022-2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Contenda, Estado do Paraná, no uso das competências e de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 647/95 e alterações, Lei Federal nº 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações;

Considerando a Deliberação Nº 065/2021 CEAS;

Considerando o Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2022-2025;

Considerando plenária realizada na data de 21 de dezembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2022 -2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Contenda, 21 de dezembro de 2021.

RUBIENE JANI SCHMITZ VANDRESEN

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por: Joice de Souza Cerqueira Silva

Código Identificador: 1891E2F6

CONSÓRCIO PÚBLICO SUDOESTE PINHAIS ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONSÓRCIO PNHAIS CORONEL VIVIDA - PR

RESOLUÇÃO Nº. 109, de 20 de dezembro de 2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Consórcio Pinhais, no valor de R\$ 16.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE PINHAIS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos nas disposições do Art. 8°, inciso I, da Resolução n° 091, de 14.08.2020, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), para reforçar a acquirité dotação Orçamentária:

Fonte: 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)

02 - Divisão de Infraestrutura e Desenvolvimento

02.002 - Administração de Infraestrutura

02.002.26.782.0002.2.002 – Atender as Despesas no que concerne à Administração de Infraestrutura Rural

Art. 2º - para cobertura do Crédito de que trata o Art 1º, serão utilizados os recursos no mesmo valor, provenientes do Cancelamento total/parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), conforme discriminações abaixo:

Fonte: 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)

02 - Divisão de Infraestrutura e Desenvolvimento

02.002 - Administração de Infraestrutura

02.002.26.782.0002.2.002 – Atender as Despesas no que concerne à Administração de Infraestrutura Rural

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste Pinhais do Estado do Paraná, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2021

ANDERSON MANIQUE BARRETO

Presidente do Consórcio

Publicado por: Ademir Antonio Aziliero Código Identificador:38BF9C1F

Patronais.....

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES ADITIVO E RESUMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

CONTRATO nº 100/2021 – Inexigibilidade nº 25/2021 – Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde de Coronel Vivida - Paraná. Contratada: M L RAMPON PRÓTESES ODONTOLÓGICAS - ME, CNPJ nº 24.573.311/0001-08. Objeto: CREDENCIAMENTO de PESSOAS JURÍDICAS PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA. Valor total estimado: R\$ 349.664,16. O prazo de contratação é de 298 dias, de 07 de dezembro de 2021 a 24 de outubro de 2022. Coronel Vivida, 06 de dezembro de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

Aditivo nº 10 – contrato nº 142/2019 – Pregão Presencial nº 104/2019. Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR - Contratada: FLC SUPRIMENTOS LTDA - ME, CNPJ/MF sob nº 22.371.010/0001-76. Considerando o pedido da Secretária de Assistência Social, fica de comum acordo entre as partes, instalado mais 01 (uma) impressora no Espaço Desenvolver (antiga UNOPAR). Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 19 de novembro de 2021.

ANDERSON MANIQUE BARRETO. Prefeito.